



POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE:

a visão do professor do ProJovem Urbano no Amazonas

Maria Alcione Pereira Teles¹

RESUMO: Este estudo objetivou conhecer a visão do professor do Projovem Urbano no Amazonas sobre o processo de vivência no programa, a fim de identificar se o uso do material didático atende a proposta de articulação dos eixos previstos. Para tanto, foram utilizados dados secundários, ou seja, as falas colhidas junto aos grupos focais realizados nas cidades de Itacoatiara e Parintins. No tratamento utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontaram dificuldades de articulação na realização das atividades nos eixos de Ensino- Aprendizagem, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, sobretudo, atribuídas ao déficit educacional dos alunos e aos materiais didáticos.

Palavras-chave: Juventude, Políticas Públicas, Projovem Urbano.

ABSTRACT: This study aimed to know the vision of Professor of Urban Projovem on Amazon about the process of experiencing the program in order to identify whether the use of the courseware meets the proposed joint axes provided. For this, we used secondary data, ie, the statements collected from the focus groups conducted in the cities of Itacoatiara and Parintins. In the treatment used the technique of content analysis. The results showed articulation difficulties in carrying out activities in the axes of Teaching and Learning, Vocational Training and Civic Participation, mainly attributed to the educational deficit of students and learning materials.

Key words: Youth, Public Policy, Urban Projovem.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: alcione.teles007@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

O tema juventude ganhou visibilidade a partir de levantamentos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) acerca da condição de vida dos jovens em todo mundo, revelando um quadro de profundas desigualdades e negação de direitos em que se encontravam os jovens, sobretudo, nos países subdesenvolvidos caso do Brasil, chamando a responsabilidades dos governos para a criação de agendas específicas para atender as demandas deste segmento. (SILVA, 2009).

No Brasil diversos esforços vêm sendo realizados nas duas últimas décadas do século XX que correspondem a movimentos e ações de organismos da sociedade civil e de governos nas esferas, estadual, municipal e federal para garantir direitos sociais à população jovem em situação de vulnerabilidade.

Todavia, a criação de uma agenda pública para este segmento no Brasil é recente, de um lado, fruto de desdobramentos da conjuntura econômica, política e social, principalmente engendrada por fatores relacionados a comportamentos violentos envolvendo jovens das periferias das grandes cidades, tido como um problema para a sociedade brasileira que precisava ser contido, do outro, em função da visibilidade que passou a ter na cena pública através da maciça participação no movimento de redemocratização pelo qual passou o Brasil, que resultou na visibilidade deste segmento por agências multilaterais e organizações não-governamentais que elegeram os jovens como alvos de suas ações no decorrer dos últimos anos. (SPOSITO, 2008).

Neste sentido, segundo Frezza (2009) nos últimos vinte anos no Brasil, tem crescido consideravelmente o investimento em programas e políticas públicas de juventude, voltados para atender demandas específicas deste segmento, com vistas a instituir projetos que de forma geral objetivam diminuir o ciclo de reprodução de desigualdades enfrentadas pelos jovens e promover sua inserção na ordem social vigente, de forma que lhe seja garantido o direito ao acesso a saúde, educação a qualificação para o mercado de trabalho dentre outros.

Neste contexto, este trabalho pautou-se na compressão de que a juventude é plural, tem significados distintos e diferentes extratos socioeconômicos, vividos de maneira heterogênea, determinadas diretamente pela condição social, lugar de moradia e experiências pessoais, conceitos históricos que acompanham a dinâmica societária, fatores



que devem ser considerados no momento de se pensar uma política pública de juventude na contemporaneidade (NOVAES, 2008).

Para, além disso, outro fator preponderante no momento de criação de tal política é a forma como o jovem é compreendido na contemporaneidade, fator este que será abordado no tópico seguinte.

2 “PERFIS” DE JOVENS E CONCEPÇÕES DE JUVENTUDES

Ao dirigir o olhar sobre a questão da juventude, deve-se antes considerar as diferentes interpretações, reconhecendo a diversidade que envolve essa etapa da vida e a dificuldade em caracterizá-la. Diversos autores² nos dias atuais alertam a existência de diferentes juventudes a depender da condição econômica, política, social, raça, etnia, religião, grupo, local de moradia dentre outras. É uma categoria plural, não há consenso quando discutida, pois há diferentes conceitos e definições. Em outras palavras é imprescindível pensar a juventude como uma construção histórica e cultural inseridas em contextos diversificados.

Assim sendo, é mister considerar a existência de vários grupos juvenis, e discutir juventude é então falar de uma categoria inserida em contexto sociocultural “A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contexto e circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para a utilização do termo juventudes no plural” (UNESCO, 2004).

De acordo com Rodrigues (2010) para adentrar nesta temática é preciso ter claro e definido os inúmeros fatores que condicionam os olhares sobre alguns segmentos sociais, sobretudo, a juventude. Fatores objetivos e subjetivos são fundamentais nas construções das concepções acerca dos indivíduos. Entre os objetivos estão a violência, o mundo do trabalho, as disparidades sócio econômicas entre campo e cidade, a participação nos espaços públicos, dentre outros. Já os subjetivos estão ligados à forma de como os indivíduos são relacionados aos fatores objetivos que os envolve, exemplo disso é dizer que os jovens são responsáveis por algumas mazelas como a violência, que não querem compromisso, que não gostam de participar dos espaços públicos ou que serão

² CARMO (2001), RIBEIRO et al (2006) apud ALMEIDA et al (2009), ABRAMOVAY (2007), CARMO apud MADEIRA (1999), UNESCO (2004).



responsáveis pelas transformações da sociedade, sendo considerados como revolucionários, entre outros.

Por vezes, a juventude é definida por suas características revolucionária, de potência positiva e transformadora. Em outras circunstâncias, a juventude é identificada como geradora de problema para sociedade que exige cuidados específicos. Ressalta-se, então, assim a condição paradoxal posta aos jovens: de um lado considerado por sua potencialidade transformadora e, do outro, como vítimas de processo de exclusão ou como população de risco ou em risco. (FREZZA, 2009).

Para Sposito & Carrano (2003) a juventude foi inventada pela sociedade moderna, e os jovens são sujeitos concretos que estão próximos, ou não, de conceitos ou definições. Sendo que na modernidade, a juventude é vista como um período em que os sujeitos jovens adquirem habilidade e competências na escola e no mundo do trabalho, ou seja, não se pode enxergar o fenômeno juvenil de outras décadas, no formato em que concebemos hoje, uma vez que embora existam diversos estudos sobre juventude, estes ainda não são suficientes para abarcar a realidade juvenil ao longo da história da humanidade. Neste sentido, para diminuir as disparidades sociais surgem mobilizações, em nível nacional e internacional, para pensar sobre a temática juventude, este processo de discussões possibilitou a criação das chamadas Políticas Públicas de Juventude (PPJs), que serão apresentadas no tópico seguinte.

3 POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE NO BRASIL: trajetória em construção

A preocupação com os jovens e a necessidade de criação de políticas orientadas para juventude ganhou visibilidade na América Latina, a partir da década de 80, estimulada por alguns organismos Latino-americanos e mundiais tais como Organização Ibero – Americana de juventude (OIJ) e Organização das Nações Unidas (ONU) que chamavam a atenção para as disparidades sociais que afetavam os jovens que representou grande impulso para que as tema juventude entrasse na pauta de políticas públicas dos países da América Latina, ao longo da década de 1990. (SILVA, 2009).

Neste sentido, Kerbauy (2005) afirma que, no Brasil, o tema juventude foi introduzido na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, ao ser encaminhada a Emenda Popular “Criança Prioridade Nacional”, que resultou na criação, naquele mesmo ano, do Fórum Permanente de Entidades Não – governamentais de defesa dos direitos da criança e



do adolescente que culminou anos mais tarde na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 aprovado no Congresso Nacional e considerado como marco histórico-institucional. O ECA foi um marco importante para a questão juvenil, mesmo reconhecendo que seus avanços se aplicaram apenas aos jovens até a faixa etária de 18 anos incompletos.

Isto posto, e partir do reconhecimento por parte de organismos internacionais, nacionais, sociedade e Estado das dificuldades enfrentadas pela juventude brasileira, e que se deu início no Brasil em 2005 a um conjunto de ações, programas e políticas públicas de juventudes em resposta ao enfrentamento de situações diagnosticadas como problema para este segmento, dentre tais ações destaca-se a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV) e o ProJovem, como sendo uma política (programa) de juventude que se orienta para influir nos processos de socialização dos jovens que integra três pilares: a formação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã.(SILVA, 2009)

Vale ressaltar, que a juventude não surge, nesse contexto, como protagonista com identidade própria, uma vez que parece reforçar a imagem do jovem como um problema, especialmente em questões relacionadas à violência, ao crime, a exploração sexual, a drogadição, a saúde e ao desemprego. A partir desta concepção limitada, os programas governamentais procuravam apenas e nem sempre com sucesso minimizar a potencial ameaça que os jovens representavam para a sociedade. (IULIANELLI, 2003).

Na próxima seção serão apresentados os resultados obtidos no decorrer da pesquisa a partir da análise das falas dos educadores do ProJovem Urbano nos municípios de Itacoatiara, Parintins.

4 PROJOVEM URBANO NO AMAZONAS: a visão do professor

Compreender e refletir a partir das falas a visão dos professores do Programa ProJovem Urbano é um desafio que pode contribuir com a construção de novos conhecimentos, bem como para um redirecionamento do programa durante a implementação.



Neste sentido buscou-se saber sobre a existência de integração/sequência dos materiais didáticos do PJU e quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades no decorrer do programa no eixo **Ensino e Aprendizagem**.

Foi unânime o reconhecimento da integração entre os conteúdos, as unidades e os temas integradores contidos nas disciplinas pelos professores do PJU. Todavia, expressam algumas dificuldades enfrentadas em suas vivências cotidianas no programa, tais como: falta de exercícios nos livros, falta de um livro inglês básico, módulos com conteúdos sequenciais de matemática, falta de adequação do material a realidade local dos alunos, fator este constatado na fala do (P8, Parintins). *As literaturas raramente se referem à Região Norte e Nordeste*. E reforçado nas falas dos próprios jovens, pontuado como negativo pelos professores, tendo em vista que se o material didático foi pensado pelo programa para se adequar a realidade do jovem deveria então tratar da juventude inserida em sua região de origem. Na fala do (P4, Itacoatiara). *Deveria ser considerada a diversidade regional do País, as estruturas físicas e econômicas de cada localidade para que no momento da implementação do programa, fosse possível adequar as especificidades de cada região do país as necessidades do aluno*.

Outro ponto analisado refere-se à **Qualificação Profissional** e os Desafios encontrados no desenvolvimento das atividades teóricas e práticas no dia a dia.

Foi possível observar que majoritariamente existe grande dificuldade de efetivação de uma integração que enriqueça pedagogicamente o trabalho com os materiais didáticos, atribuído, sobretudo, ao desnivelamento de série dos alunos participantes do programa. Revelam ainda as dificuldades próprias dos alunos que pararam de estudar a muitos anos e mal sabem ler e escrever, motivo este que os impossibilita de compreender o que está sendo ministrado, bem como de acompanhar as aulas teóricas e práticas, sendo necessário para suprir a dificuldade de trabalhar com os conteúdos recorrer a materiais complementares para facilitar o aprendizado dos jovens. A fala do (P1, Parintins) explicita este fato. *Eu tive que trazer materiais extras de casa para complementa os do programa são difíceis para eles*.

O terceiro ponto analisado diz respeito a investigar a relação do trabalho pedagógico da **Participação Cidadã** com a formação básica do PJU que tem como objetivo contribuir para que o jovem reconheça seus direitos e deveres de cidadão.



Embora reconheçam a relação entre o trabalho pedagógico da Participação Cidadã com a formação básica foi possível perceber dificuldades para a concretização da relação entre participação Cidadã e Formação Básica, atribuída, sobretudo, a fragilidades educacionais inerentes ao aluno. Este fator foi evidenciado na fala do (P5, Parintins). *Os alunos chegam ao programa sem os conhecimentos básicos das séries primeiras*, relatam que enfrentaram muitos entraves, para a efetivação das atividades da Participação Cidadã, de um lado, pela falta de conhecimentos básicos dos conteúdos de português por parte dos alunos; do outro, pela falta de compreensão dos conteúdos relacionados ao eixo, que impossibilitou por em prática o Plano de Ação Comunitária em um dos dois municípios onde foram realizados os grupos focais.

Neste contexto, para além das dificuldades básicas inerentes aos alunos foi acrescentada ainda dificuldade econômica para a execução do Plano de ação Comunitário- PLA que acontecia aos sábados. Este fator resultou em alto índice de evasão na realização das atividades práticas, bem como o cancelamento das aulas em alguns núcleos por falta de aluno, fato revelado na fala do (P7, Itacoatiara) *Cheguei na comunidade para executarmos o Plano e esperei, esperei e não apareceu ninguém, na sala de aula ao perguntar o que tinha acontecido a resposta foi unânime, nós não temos dinheiro para a locomoção até a comunidade professora, ai fica difícil.*

5 CONCLUSÃO

Considerando a curta trajetória do Brasil no campo de políticas públicas gerais e específicas para a juventude, admite-se que o país vem avançando a passos largos, apesar da dificuldade de se implantar políticas integradas e de se assegurar a construção de políticas a partir de uma agenda que incluía, de fato, as temáticas e os problemas juvenis, tendo os jovens como participantes deste processo de criação e implementação.

O Programa ProJovem Urbano, encontra-se no bojo das políticas públicas de juventude que visa à inserção social dos jovens por meio do retorno a escola, a qualificação para entrada no mercado de trabalho e a participação em espaços de diálogo que lhes proporcione uma visão crítica da realidade que o cerca.



Neste sentido, este artigo buscou identificar como estão sendo trabalhados os materiais didáticos do programa Projovem Urbano no Amazonas nas atividades realizadas com os alunos nos municípios de Itacoatiara e Parintins.

No que se refere ao **Ensino - Aprendizagem** predomina na visão dos professores no desenvolvimento das atividades, a busca pela interdisciplinaridade proposta pelo Programa ProJovem Urbano, por meio da articulação entre os materiais didáticos e os eixos estruturantes do Programa, embora que em determinados momentos percebeu-se algumas fragilidades nesta articulação. As atividades são realizadas em todo momento com intuito de propiciar aos alunos uma educação voltada para vida, baseadas em princípios solidários, coletivos entre os profissionais das diversas disciplinas, sempre articulando com os movimentos societários, buscando uma formação que possibilite uma compreensão crítica da realidade, situando os jovens como sujeitos da transformação social.

Na **Qualificação Profissional** predomina a relação entre o trabalho pedagógico da Qualificação Profissional e a Formação Básica durante o desenvolvimento das atividades de Formação Técnica Geral. A relação é percebida na realização das aulas práticas de Qualificação Profissional com os arcos ocupacionais, por meio da interação que os alunos fazem por meio da teoria dos conhecimentos adquiridos nos conteúdos das disciplinas de Formação Básica com a prática da Formação Técnica Geral no desenvolvimento do Projeto de Orientação Profissional. A dificuldade maior centra-se no âmbito de entendimento dos alunos aos conteúdos das matérias passados em sala de aula, que se refletem na prática.

A pesquisa aponta ainda a predominância de uma relação consistente entre o trabalho pedagógico da **Participação Cidadã** e a Formação Básica. Todavia, foi possível identificar nas falas de uma minoria entraves na realização das atividades práticas, sobretudo, referente à construção do Plano de Ação Comunitária, atribuído ao aluno, devido às dificuldades de compreensão dos textos e do domínio de conteúdos básicos de matemática e português.

Foi possível perceber majoritariamente a concretização da proposta pedagógica interdisciplinar do PPI a partir dos trabalhos com materiais didáticos do Programa nos eixos estruturantes de Ensino – Aprendizagem, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, uma vez que estes se integram aos conteúdos, as Unidades Formativas com seus temas integradores. Esta relação tem propiciado ao aluno do PJU uma educação para a sua vida concreta, com vistas a proporcionar ao jovem desenvolvimento pessoal e social.



E por fim, a pesquisa apontou a necessidade de uma avaliação, revisão e acompanhamento constante, para que aconteçam mudanças ainda no andamento do programa ainda no decorrer de sua implementação, com vistas a correção de falhas na execução identificadas, e para que aconteça um melhor desempenho do programa, com vista à garantia para os alunos de momentos de trocas de saberes por meio da interdisciplinaridade, e da realização das atividades na íntegra, como proposto no seu Projeto Pedagógico Integrado.

REFERÊNCIAS

FREZZA, M. MARASCHIN, C. SANTOS, N. S. **Juventude como problemas de políticas públicas**. Revista Psicologia e Sociedade, Porto Alegre R.S, 2009.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: Paulo Cesar Pontes Fraga; Jorge Atílio Silva Iulianelli (Orgs). **Jovens em tempo real**. DP&A, 2003.

KERBAUY, Maria Tereza Miceli. **Políticas públicas de juventude: políticas ou políticas governamentais**. Revista Estudos de Sociologia, Araraquara - SP, 18/19, 193-203, 2005.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). – **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

RODRIGUES, Mauro Costa. Participação juvenil na sociedade contemporânea: Juventude cristã, os sentidos e valores atribuídos a sua situação social. In: Lourival Rodrigues da Silva; Hilário Dick (orgs). Visibilidades Juvenis. 1ª Ed. Goiânia: Casa da Juventude. Pe. Burnier, 2010. (coleção Juventude e Perspectivas).

SPOSITO, Marília. Trajetórias na constituição de políticas de juventude no Brasil. In: Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. – São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes y CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: Oscar Dávila León (editor): **políticas públicas de juventude en América Latina: políticas nacionales**. Vinã del Mar: Ediciones CIDPA – 2003.

SILVA, Enid Rocha Andrade, ANDRADE, Carla de Coelho. A Política Nacional da Juventude: avanços e dificuldades. In: Jorge Abraão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho (orgs). **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

UNESCO. Políticas Públicas de/para/com Juventudes. Brasília: UNESCO, 2004.